



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	2
2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	2
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
4. DO ENVIO DA PROPOSTA.....	3
5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	3
6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS	3
7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.....	5
8. DA HABILITAÇÃO.....	5
9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	8
10. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	8
11. DO RECURSO	8
12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO	8
13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	9
14. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À LICITANTE.....	9
15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	9
16. DA VISTORIA	10
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	10
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	11
ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA	17
ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO.....	27
ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO.....	34



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

EDITAL DO PREGÃO Nº. 021/2019 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 10.769/2018 - GABPGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo 3854/2019**, oriundo da Coordenadoria de Serviços Gerais/Setor de Transportes, tornam público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 5.450/05, Leis Complementares nº. 123/06, 147/14, Portaria nº 1.901/05-GPGJ e, outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar Licitação na modalidade Pregão, executado na forma eletrônica, sob o regime de execução indireta, do tipo **Menor Preço**, mediante as condições estabelecidas neste Edital, a se realizar:

DATA: 30.04.2019, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 10:00h (dez horas) – horário de Brasília-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: 925129

1.DO OBJETO

1.1.A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **seguro total de 186 (cento e oitenta e seis) veículos pertencentes à frota oficial da Procuradoria-geral de Justiça**, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, e ainda conforme as especificações, detalhamentos e quantitativos fixados no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste Edital.

1.2.Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no Comprasnet e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2.DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1.A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta de Orçamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão na seguinte classificação orçamentária:

Projeto Atividade: **Coordenação das Ações Essenciais à Justiça**

Plano Interno: **CAMPE**

Natureza da Despesa: **3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica**

2.2.O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R\$ 444.558,67 (quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos)** e o **valor máximo unitário estimado por item** é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

3.DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1.Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

3.1.1.Os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br:

3.1.2.Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste PREGÃO deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento/regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização;

3.1.3.O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à PGJ-MA responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

3.1.4. Empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.2.Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:

3.2.1.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.2.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3.Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.4.Que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

ou incorporação;"

3.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.2.6. Direta ou indiretamente da licitação, do contrato, ou fornecimento dos bens e serviços a estes necessários, aquele que mantiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou familiar com servidores da Comissão Permanente de Licitação integrante do órgão responsável pela requisição do objeto.

3.2.7. Concorrendo entre si, empresas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

3.2.8. Empresas cujos sócios, gerentes, diretores ou responsáveis técnicos sejam membros ou servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, efetivos, comissionados, cedidos ou colocados à disposição da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão;

3.2.9. Empresas cujos sócios, gerentes, diretores ou responsáveis técnicos sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público do Estado do Maranhão, este último quando ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento, conforme dispõe o art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, ou, ainda, servidor cedido ou colocado à disposição da Procuradoria-Geral de Justiça.

4. DO ENVIO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.1.1. O licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor ofertado para o item, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da entrega do objeto.

4.1.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.1.3. O licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

4.1.4. O licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

4.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.1.6. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.1.7. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

4.1.8. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.1.9. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.1.10. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

6.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

participantes.

6.1.2.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4.Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

6.5.O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

6.6.Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

6.7.Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.8.Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.9.Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.10.Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.11.No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.12.O critério de julgamento adotado será o de **menor preço** global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

6.12.1.O valor máximo da franquia não poderá ultrapassar o valor especificada no ANEXO ÚNICO do Termo de Referência (Anexo I deste edital), para cada veículo.

6.13.O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

6.14.Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que, transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

6.15.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16.Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.16.1.Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.1.Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.2.Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.17.3.A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

6.18. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do art. 43 da Lei n.º 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

7.5. O Pregoeiro fixará o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para reenvio da proposta de preço adequada ao último lance, juntamente com os documentos de habilitação exigidos no item 8 (oito), exclusivamente mediante campo próprio no sistema Comprasnet.

7.5.1. Caso o licitante constate que deixou de enviar algum documento, poderá solicitar ao pregoeiro, a abertura de campo próprio para envio deste arquivo faltante, desde que o faça antes do término do prazo de convocação anteriormente estabelecido.

7.6. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar os documentos indicados neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

7.6.1. A análise da proposta será sucessiva, enquanto perdurar eventuais inadequações quanto ao objeto e/ou motivos ensejadores de inabilitação, até que a documentação enviada se adeque tecnicamente ao objeto e à habilitação exigida.

7.7. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.8. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.9. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superiores aos estimados ou com preços manifestamente inexequíveis.

7.9.1. Considerar-se-á **inexequível** a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado, relativamente ao objeto deste **Pregão**.

7.10. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro.

7.11. É obrigatório ao licitante descrever, na íntegra de sua proposta, o objeto ofertado, obedecendo às especificações mínimas constantes neste Edital e seus anexos, bem como demais informações necessárias ao perfeito entendimento do conteúdo da proposta.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos);

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista, Qualificação Técnica e Econômica-Financeira, nas condições seguintes:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019 - Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

8.3.Habilitação Jurídica:

8.3.1.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2.Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

8.3.3.No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4.No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

8.3.5.Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

8.3.6.Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

8.3.7.Procuração passada em instrumento público ou particular com firma reconhecida, para o caso de representante legal, no qual estejam expressos poderes para representar a empresa licitante em todos os atos do certame;

8.3.8.Documento de identificação do responsável pela assinatura do Contrato.

8.3.9.Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4.A Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos, a Declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal empregados menores de idade e a Declaração de Elaboração Independente de Proposta serão disponibilizadas mediante preenchimento de campo específico do sistema eletrônico.

8.5.Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme **ANEXO III**;

8.6.Regularidade fiscal e trabalhista:

8.6.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6.2.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.3.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6.5.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.6.6.Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.6.7.Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.7.Qualificação econômico-financeira:

8.7.1.Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.7.2.Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.7.2.1.No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.7.3.A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.7.4.As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar resultado superior a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)

8.7.5.A licitante deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.

8.7.6.Os cálculos dos índices devem ser realizados pela licitante.

8.8.Qualificação técnica:

8.8.1.Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações;

8.8.2.Apresentar Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro.

8.9.O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9.1.A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista (subitem 8.4) e da habilitação jurídica (subitem 8.3), conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 16 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

8.9.1.1.Caso alguma certidão se encontre vencida no referido sistema, o licitante deverá enviar documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital juntamente com a proposta de preços, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.9.2.A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.9.3.A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.10.Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.11.A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.12.Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.13.Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14.Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

8.15.Todos os documentos emitidos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

portuguesa.

8.16.Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

8.17.Se a proposta não for aceitável, se os prospectos estiverem em desconformidade com as especificações do edital, ou, ainda, se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este instrumento convocatório.

8.17.1.Ocorrendo a situação referida no subitem imediatamente acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtida melhor proposta.

8.18.Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

8.19.Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1.A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1.Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2.Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularidade fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1.A Proposta de Preços e os documentos exigidos para habilitação relacionados no item 8 (oito), **se necessário e mediante solicitação do pregoeiro**, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 02 (dois) dias úteis, à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, situada na Av. Professor Carlos Cunha, nº 3261 – Calhau, CEP: 65076-820 – São Luís-MA.

10.1.1.Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.2.Será inabilitado ou recusada a aceitação da proposta do licitante que não enviar os documentos no prazo estipulado no item anterior, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3.O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar os documentos indicados neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.DO RECURSO

11.1.Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2.Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1.Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2.A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3.Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12.DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1.O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2.O objeto deste Pregão será **adjudicado globalmente** ao licitante vencedor.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

12.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. O **licitante vencedor** deverá assinar o contrato na Comissão Permanente de Licitação até 05 (cinco) dias úteis da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital.

13.1.1. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado, qualquer vantagem consignada pelo licitante vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

13.1.2. O **prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez**, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

13.1.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação.

13.1.4. É facultada à Administração, quando o convocado não assinar o termo do contrato ou não aceitar retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarador vencedor, nos termos do inciso XXIII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

13.2. O Diretor-Geral nomeará servidores lotados na Coordenadoria de Serviços Gerais para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

13.2.1. O fiscal do contrato deverá:

13.2.1.1. Atestar os documentos da despesa e acompanhar a prestação do serviço de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

13.2.1.2. Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção da prestação do serviço.

14. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS À LICITANTE

14.1. A LICITANTE será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no Sicaf e inscrito no Cadastro Estadual de Inadimplentes, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

14.1.1. Cometer fraude fiscal;

14.1.2. Apresentar documento falso;

14.1.3. Fizer declaração falsa;

14.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

14.1.4.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.1.5. Não assinar o Contrato;

14.1.6. Não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido;

14.1.7. Deixar de entregar ou apresentar a documentação exigida no certame;

14.1.8. Não manter a proposta;

14.2. Para os fins do item 14.1.4, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95, 96 e 97, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

15. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

15.1. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura da sessão pública, para o e-mail licitacoes@mpma.mp.br.

15.2. Este edital pode ser impugnado, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacoes@mpma.mp.br, por qualquer pessoa, física ou jurídica independente de comprovação de interesse, **no prazo de 2 (dois) dias úteis** anteriores à data de abertura da Sessão pública.

15.3. **Ocorrendo impugnação**, o Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá os pedidos de informações ou esclarecimentos sobre o objeto impugnado no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas** e, coincidindo sua contagem com fins de semana,



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

feriados ou em dias em que não haja expediente neste Órgão, o prazo estender-se-á para o primeiro dia útil subsequente.

15.4.Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.5.As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

16.DA VISTORIA

16.1. As licitantes interessadas poderão vistoriar os veículos em conformidade com o **item 18** - "Disposições Gerais" do Termo de Referência (Anexo I)

16.2.A Vistoria será facultativa.

17.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1.É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta;

17.2.A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei nº 8.666/93;

17.3.Fica assegurado ao Contratante o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

17.4.O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório;

17.5.A licitação não implica proposta de Contrato por parte da Procuradoria-Geral de Justiça, podendo inclusive, até a entrega da Nota de Empenho, ser o licitante vencedor excluído da licitação, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a PGJ tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone a idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa;

17.6.Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Contratante não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

17.7.Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

17.8.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no órgão licitante;

17.9.As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança das aquisições;

17.10.O pregão será divulgado no Diário Oficial do Estado (DOE), jornal de grande circulação e Internet através dos sites: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.mppa.mp.br;

17.11.São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:

17.11.1.ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

17.11.2.ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;

17.11.3.ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

17.12.Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

17.13.Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: licitacoes@mpma.mp.br, e, pelos fones: (098) 3219-1645, 3219-1766.

São Luís (MA), ____ de _____ de 2019

José Lívio Marinho Lima
Pregoeiro – CPL/PGJ/MA



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada para prestar serviços de seguro total dos 186 (cento e oitenta e seis) veículos pertencentes à frota oficial da Procuradoria-geral de Justiça, mediante relação contida no Anexo Único deste Termo de Referência, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 Necessidade de garantir a cobertura de despesas com eventuais danos que possam acometer ou atingir os veículos pertencentes à Procuradoria-geral de Justiça, principalmente por tratar-se de viaturas que circulam diariamente em rodovias e vias de tráfego intenso, estando, assim, em plena atividade, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores da Instituição e a terceiros. A contratação visa, ainda, resguardar o patrimônio público de eventuais danos materiais e custos com indenizações por responsabilidade civil. A vigência do atual seguro da frota termina às 24 horas do dia 28/06/2019, havendo, portanto, a necessidade de renovação do referido seguro.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 A contratação de empresa constituída de pessoa jurídica para execução da atividade, objeto do presente Termo de Referência encontra amparo legal na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e ainda, no Decreto nº 5.450/2005.

4. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1 A Apólice terá sua vigência a partir de vinte e quatro horas do dia 28 de junho de 2019 até vinte e quatro horas do dia 28 de junho de 2020;

4.1.1 A data de início permaneceu 24 horas do dia 28 de junho de 2019, para evitar descontinuidade do objeto. Ademais, de acordo com o artigo 5º, da CIRCULAR SUSEP Nº 251, de 15 de abril de 2004 na sua SEÇÃO II – DO INÍCIO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE SEGURO OU DE SUA ALTERAÇÃO – “As apólices, os certificados de seguro e os endossos terão seu início e término de vigência às 24 (vinte e quatro) horas das datas para tal fim neles indicadas.”

4.2 Caso o início do serviço somente seja possível após esta data, deverá ser considerada, como data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho;

4.3 O Contrato a ser firmado com a Empresa de Seguro vencedora do processo licitatório deverá ter o mesmo prazo de vigência da apólice de seguro.

5. DAS COBERTURAS

5.1 CASCO – Valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o percentual de 100% da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto do item 01 (um) ao item 186 (cento e oitenta e seis), com exceção do item 79 (setenta e nove), cujo valor determinado é de R\$220.00,00 (Duzentos e vinte mil), estando neste incluso R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) correspondente ao valor estimado dos bens instalados em seu interior, tendo em vista que o referido veículo é utilizado na execução das atividades da(s) Promotoria(s) de Justiça Itinerante da Comarca de São Luís/MA;

5.1.1 FRANQUIA CASCO: Reduzida (em 75% (setenta e cinco por cento) da obrigatória, ou seja, um quarto do valor da franquia normal) para todos os itens;

5.1.2 CARROCERIA CAMINHÃO AGRAL: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

5.2 Responsabilidade Civil Facultativa por veículo segurado

5.2.1 Danos Materiais a Terceiros – R\$200.000,00

5.2.2 Danos Pessoais a Terceiros – R\$200.000,00

5.2.3 Danos Morais a Terceiros – R\$40.000,00

5.3 Acidentes Pessoais a passageiros por ocupante

5.3.1 Morte – R\$ 50.000,00

5.3.2 Invalidez – R\$ 50.000,00

5.3.3 App Com DMH – R\$ 50.000,00

5.4 Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. A seguradora CONTRATADA deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina indicada pela CONTRATANTE, e



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, em todo o território nacional, conforme descrito abaixo:

- 5.4.1 Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento ou capotagem acidental;
- 5.4.2 Quedas acidentais em precipícios ou de pontes e quedas;
- 5.4.3 Raios e suas consequências, incêndio ou explosão acidentais, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- 5.4.4 Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado;
- 5.4.5 Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e/ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não de simples freada;
- 5.4.6 Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados no subsolo;
- 5.4.7 Granizo, furacão ou terremotos;
- 5.4.8 Roubo ou furto, total ou parcial do veículo;
- 5.4.9 Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- 5.4.10 Atos danosos praticados por terceiros, exceto se constantes do item "Prejuízos não indenizáveis pela seguradora";
- 5.4.11 Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- 5.4.12 Roubo ou furto total exclusivo do rádio, toca-fitas, toca-cd's e tacógrafo, desde que façam parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice para o veículo;
- 5.4.13 Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

6. DAS GARANTIAS ADICIONAIS QUE DEVEM SER OFERTADAS PELA SEGURADORA CONTRATADA

- 6.1 Assistência 24 horas. Em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, a seguradora CONTRATADA está obrigada a enviar o serviço de socorro, quando possível, efetuará o reparo no local da pane. Diante desta impossibilidade, o veículo deverá ser rebocado para São Luís/MA (local da sede da PGJ-MA) ou para outro local mais conveniente, desde que seja determinado e autorizado pela Seção de Transporte da Procuradoria-geral de Justiça, para realização dos reparos, sem cobrança de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo em oficina determinada pela CONTRATANTE;
- 6.2 Assistência para transporte de passageiros por imobilização do veículo segurado e transporte de passageiros por roubo ou furto do veículo;
- 6.3 Cobertura para reposição exclusiva de vidros, retrovisores, faróis e lanternas para todos os itens;
- 6.4 Chaveiro.

7. DA OBRIGAÇÃO DA LICITANTE

- 7.1 Apresentar Certidão de Regularidade, emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que comprove que a licitante está autorizado a operar no mercado segurador brasileiro.

8. DO VALOR ESTIMADO

- 8.10 valor estimado para contratação do serviço objeto deste Termo de Referência é de **R\$ 444.558,67** (Quatrocentos e quarenta e quatro mil quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos), com base na média aritmética das (02) duas propostas apresentadas.

9. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1 As propostas serão julgadas e adjudicadas pelo MENOR PREÇO GLOBAL;
- 9.2 O valor máximo da franquia não poderá ultrapassar o valor especificada no **ANEXO ÚNICO** deste Termo para cada veículo.

10. DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1 A fiscalização da execução das obrigações contratuais assumidas será realizada pelos servidores MARIALDA CARVALHO FURTADO MENDES, JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO, RODRIGO JOSÉ ARAÚJO RAMOS respectivamente, FISCAL, GESTOR e SUPLENTE do contrato, designados pela Procuradoria-geral de Justiça, lotados na Coordenadoria de Serviços Gerais do Ministério Público do Estado do Maranhão, que procederá a aprovação dos serviços fornecidos pela CONTRATADA, cujas atribuições básicas são:

- 10.1.1 Solicitar à empresa contratada e seu representante todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

10.1.2 Emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada, relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão de contrato;

10.1.3 Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.

11. DO TERMO DE CONTRATO

11.1 Deverá ser assinado Termo de Contrato que terá vigência de 12 (doze) meses, contados em consonância com a vigência da apólice de seguro, cabendo aditivo de valor até o limite de 25%, no caso de aquisição de novos veículos para compor a frota da Procuradoria-geral de Justiça, como fundamenta o art. 65, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993, bem como substituição de cobertura em caso de venda de veículo da frota.

12. DO PAGAMENTO

12.1 A PGJ/MA realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo da apólice.

12.2 A CONTRATADA deverá apresentar recibo/boleto bancário, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice, com preenchimento por parte da pessoa habilitada para tal.

12.3 Após recebimento da apólice e recibo de pagamento/boleto bancário devidamente atestado pelo setor competente da PGJ/MA, o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

12.4 O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal perante às Fazenda Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

12.5 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela PGJ/MA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

12.6 O valor dos encargos será calculado pela fórmula pela: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = valor da prestação em atraso.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Expedir e efetuar a entrega da Apólice de Seguro no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho;

13.2 Prestar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas com a finalidade de atender o veículo segurado e seus ocupantes em situações de emergência, em todo o território nacional, em caso de pane, acidente, roubo ou furto do veículo, assumindo os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do mesmo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE. O início para o atendimento da ocorrência não deverá exceder o prazo de 8 (oito) horas, a contar da comunicação do evento à central de atendimento da CONTRATADA;

13.3 Providenciar o envio do reboque do veículo em qualquer local do território nacional, caso não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, sem cobrança de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo em oficina livremente escolhida e determinada pela CONTRATANTE;

13.4 Em caso de sinistro, após o aviso de sinistro e o recebimento dos formulários pertinentes, a CONTRATADA deverá tomar as providências para o reparo do veículo no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis. Não será fixado prazo para a comunicação de sinistro, podendo ser realizada a critério da CONTRATANTE;

13.5 Em caso de indenização integral a CONTRATADA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento da indenização a contar da entrega de toda documentação necessária para a liquidação;

13.6 Manter, durante toda a vigência do contrato e da apólice de Seguro as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas no contrato e na respectiva apólice de seguros;

13.7 Disponibilizar todos os meios de contato possíveis, principalmente a comunicação telefônica tipo 0800 em caso de emergência;

13.8 Manter e comprovar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a assinatura do contrato, o nome, endereço e telefone do preposto, domiciliado na cidade de São Luís/MA, local da sede da Procuradoria-geral de Justiça, a fim de que seja fornecido, imediatamente, e/ou sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência à CONTRATANTE no tocante aos serviços contratados;

13.9 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone (s), e-mail e fax para contato;

13.10 Responsabilizar-se por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;

13.11 Facilitar à CONTRATANTE a fiscalização dos serviços prestados;

13.12 Manter profissionais comprovadamente capacitados, de modo a assegurar a boa qualidade dos serviços a serem realizados;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019, Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

- 13.13 Proceder a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados;
13.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1 Manter os veículos em bom estado de conservação e segurança;
14.2 Avisar à seguradora, o mais rápido possível, sobre a ocorrência de sinistro, entregando-lhe os formulários pertinentes devidamente preenchidos;
14.3 Aguardar a autorização da seguradora para o início da reparação de quaisquer danos;
14.4 Dar conhecimento imediato à seguradora sobre ocorrência de fato do qual possa advir responsabilidade civil;
14.5 Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
14.6 Notificar, formal e tempestivamente à CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
14.7 Em caso de Sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
14.8 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
14.9 Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
14.10 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
14.11 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

15. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 15.1 A fiscalização da execução das obrigações contratuais assumidas será realizada por servidor designado pela Coordenadoria de Serviços Gerais – Seção de Transporte desta Procuradoria-geral de Justiça, que procederá a aprovação dos serviços fornecidos pela CONTRATADA.
15.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;
15.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei Nº8.666/93.

16. DO PREPOSTO

- 16.1 A CONTRATADA deverá manter preposto junto à Procuradoria-geral de Justiça, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
16.2 O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, para firmar, juntamente aos servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativo à sua competência;
16.3 A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
16.4 O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 17.1 A Contratada será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e inscrita no Cadastro Estadual de Inadimplentes (CEI), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e demais cominações legais, nos seguintes casos:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

- 17.1.1 Apresentação de documentação falsa;
- 17.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3 Falha na execução do contrato;
- 17.1.4 Fraude na execução do contrato;
- 17.1.5 Comportamento inidôneo;
- 17.1.6 Declaração falsa;
- 17.1.7 Fraude fiscal.
- 17.2 Para os fins do item 17.1.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.
- 17.3 Para condutas descritas nos itens 17.1.1, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 será aplicada multa de, no máximo, 30% do valor do contrato.
- 17.4 Para os fins dos itens 17.1.2 e 17.1.3 será aplicada multa nas seguintes condições:
- 17.4.1 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia de atraso ou por ocorrência, de acordo com os prazos e condições avençadas, quando houver atraso injustificado no início da execução dos serviços, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral;
- 17.4.2 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada, até o máximo de 5% (cinco por cento), o que configurará a inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 17.4.3 Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato e de descumprimento de obrigações contratuais;
- 17.4.4 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.
- 17.5 Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias.
- 17.6 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 17.6.1 Houver atraso injustificado, do início dos serviços, por mais de 7 (sete) dias após a emissão da ordem de serviços;
- 17.6.2 Todos os serviços executados não forem aceitos pela fiscalização por não atenderem às especificações deste Termo de Referência, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços;
- 17.6.3 A sanção de multa poderá ser aplicada à contratada juntamente à de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 17.1;
- 17.6.4 A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a concessão da oportunidade de ampla defesa e contraditório por parte da CONTRATADA, na forma da lei.
- 17.6.5 A CONTRATADA fica obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;
- 17.6.6 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;
- 17.6.7 A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato.
- 17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1 A vistoria dos veículos constantes do Anexo Único deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (98) 3219-1704 e realizada na sede da Procuradoria-geral de Justiça do Estado do Maranhão ou nas unidades do Ministério Público onde estão localizados os veículos a serem segurados;
- 18.2 Quando solicitada, a vistoria deverá ser marcada no prazo de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas antes de sua realização;
- 18.3 Quando solicitada, a vistoria deverá ser realizada até 48 (quarenta e oito) horas antes do horário estabelecido para a abertura do pregão Eletrônico, fixada no preâmbulo deste Edital;
- 18.4 Não realizada a vistoria ou não obedecidos aos prazos previstos para a sua marcação ou realização, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos;
- 18.5 O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto,



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019 Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios;

18.6 A vistoria será facultativa.

São Luís, 07 de março de 2019

MARIALDA CARVALHO FURTADO MENDES
Seção de Transporte

JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO
Coordenador de Serviços Gerais



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
01	MITSUBISHI L 200 PICK UP CAB DUP GL 2.5 TURBO 4X4	2009/2010	NMW-5140	93XGNK740AC962760	5	0	365	2.730,00
02	MITSUBISHI L 200 PICK UP CAB DUP GL 2.5 TURBO 4X4	2009/2010	NMW-3987	93XGNK740AC962764	5	0	365	2.730,00
03	MITSUBISHI L 200 PICK-UP CAP DUP GLS OUTDOOR 2.5 4X4	2008/2008	NHN-8746	93XHNC7408C846286	5	0	365	2.730,00
04	FIAT LINEA LX 1.9 16 V FLEX	2009/2010	NMU-8553	9BD110546A1515268	5	0	365	1.369,50
05	FIAT LINEA LX 1.9 16 V FLEX	2009/2010	NMU-7119	9BD110546A1515177	4	0	365	1.369,50
06	FIAT/LINEA LX 1.9 16 V FLEX	2010/2010	NMY-2556	9BD110546A1520503	4	0	365	1.369,50
07	FIAT/LINEA LX 1.9 16 V FLEX	2010/2010	NMY-4274	9BD110546A1522478	5	0	365	1.369,50
08	FIAT/LINEA LX 1.9 16 V FLEX	2010/2010	NMY-5225	9BD110546A1522435	5	0	365	1.369,50
09	FIAT PALIO ELX 1.4 8 V FLEX (N. LINHA)	2009/2010	NMU-9498	9BD17140MA5504503	5	0	365	1.104,25
10	FIAT PALIO ELX 1.4 8 V FLEX (N. LINHA)	2009/2010	NMV-0513	9BD17140MA5504509	4	0	365	1.104,25
11	FIAT PALIO ELX 1.4 8 V FLEX (N. LINHA)	2009/2010	NMV-1067	9BD17140MA5504481	5	0	365	1.104,25
12	FIAT PALIO ELX 1.4 8 V FLEX (N. LINHA)	2009/2010	NMU-7434	9BD17140MA5504495	4	0	365	1.104,25
13	FIAT PALIO ELX 1.4 8 V FLEX (N. LINHA)	2009/2010	NMV-1320	9BD17140MA5504263	5	0	365	1.104,25
14	FIAT PALIO ELX 1.4 8 V FLEX (N. LINHA)	2009/2010	NMV-1340	9BD17140MA5504664	5	0	365	1.104,25
15	FIAT/PALIO ELX 1.4 8 V FLEX	2010/2010	NMZ-0391	9BD17140MA5590976	5	0	365	1.104,25
16	FIAT/PALIO ELX 1.4 8 V FLEX	2010/2010	NMY-9216	9BD17140MA5591082	5	0	365	1.104,25
17	FIAT PALIO ELX 1.8 8V FLEX (N. LINHA)	2009/2010	NMU-9450	9BD17144JA5505107	4	0	365	1.104,25
18	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2007/2008	NHF-1830	9BD15822784986448	5	0	365	1.104,25



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019

Pregão nº. 021/2019_Eletrônico



ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
19	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2007/2008	NHF-0293	9BD15822784987529	10	0	365	1.104,25
20	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2007/2008	NHF-0031	9BD15822784987569	10	0	365	1.104,25
21	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2007/2008	NHF-0283	9BD15822784989841	10	0	365	1.104,25
22	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-3804	9BD15822A96179668	4	0	365	1.104,25
23	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-4374	9BD15822A96179500	4	0	365	1.104,25
24	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-5617	9BD15822A96180442	4	0	365	1.104,25
25	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-3132	9BD15822A96179487	4	0	365	1.104,25
26	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-3726	9BD15822A96178487	4	0	365	1.104,25
27	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-3746	9BD15822A96178789	4	0	365	1.104,25
28	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-4171	9BD15822A96180140	4	0	365	1.104,25
29	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-4394	9BD15822A96179704	4	0	365	1.104,25
30	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-4469	9BD15822A96178439	4	0	365	1.104,25
31	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-4818	9BD15822A96178969	4	0	365	1.104,25
32	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-4891	9BD15822A96178785	4	0	365	1.104,25
33	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-5107	9BD15822A96178471	4	0	365	1.104,25
34	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-5268	9BD15822A96180579	4	0	365	1.104,25
35	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-6267	9BD15822A96180385	4	0	365	1.104,25
36	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-6307	9BD15822A96178765	4	0	365	1.104,25
37	FIAT UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2008/2009	NHP-6450	9BD15822A96179542	4	0	365	1.104,25
38	FIAT DUCATO VAN MINUBUS 2.8 JTD	2006/2007	DTR-7203	93W244M2372008052	7	0	365	2.258,75



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019

Pregão nº. 021/2019_Eletrônico



ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
39	FIAT DUCATO VAN COMBINATO 2.8 JTD	2007/2008	NHE-9875	93W244K2382016430	10	0	365	2.258,75
40	CHEVROLET PRISMA MAXX 1.4 8V ECONOFLEX	2007/2008	NHE-5675	9BGRM69808G112744	6	0	365	1.076,50
41	CHEVROLET PRISMA MAXX 1.4 8V ECONOFLEX	2007/2008	NHE-5913	9BGRM69808G113456	6	0	365	1.076,50
42	CHEVROLET VECTRA SEDAN EXPRESSION 2.0 8V F.POWER	2008/2008	NHN-9393	9BGAD69W08B303293	4	0	365	1.192,00
43	CHEVROLET VECTRA SEDAN EXPRESSION 2.0 8V F.POWER	2008/2009	NHO-1230	9BGAD69W09B143139	5	0	365	1.192,00
44	CHEVROLET S10 ADVANTAGE (C. DUP) 4X2 2.4 G/A 4P	2011/2011	OIR-9387	9BG138GP0BC488994	3	0	365	1.438,75
45	CHEVROLET S10 ADVANTAGE (C. DUP) 4X2 2.4 G/A 4P	2011/2011	OIR-2546	9BG138GP0BC488586	3	0	365	1.438,75
46	AGRALE CAMINHAO 8500 TCE/ E-TRONIC	2008/2008	NHQ-8868	9BYC2762S8C001859	4	0	365	1.284,25
47	HONDA MOTO CG 125 CARGO	2000-2000	HOO-1569	9C2JC30301R001704	5	0	365	600,50
48	HONDA MOTO CG 150 JOB	2004/2005	HPU-5308	9C2KC08305R000174	5	0	365	600,50
49	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXO7826	8AFDR12A2CJ016825	3	0	365	2.299,25
50	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXP2259	8AFDR12A1CJ015374	3	0	365	2.299,25
51	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXP1832	8AFDR12A1CJ016850	3	0	365	2.299,25
52	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXP4173	8AFDR12A2CJ019269	3	0	365	2.299,25
53	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXP3035	8AFDR12A6CJ016844	3	0	365	2.299,25
54	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXP4103	8AFDR12A4CJ017958	3	0	365	2.299,25
55	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXP2701	8AFDR12A1CJ019263	3	0	365	2.299,25
56	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXP2269	8AFDR12A8CJ016831	3	0	365	2.299,25
57	RANGER XLT (C. DUPLA) 4X2 2.3 16V (150CV) GAS. 4P	2012/2012	NXO8184	8AFDR12A3CJ016848	3	0	365	2.299,25
58	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM7585	94DTAFL10CJ988966	3	0	365	1.434,00



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
59	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM6569	94DTAFL10CJ985715	3	0	365	1.434,00
60	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM5702	94DTAFL10CJ988424	2	0	365	1.434,00
61	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM8253	94DTAFL10CJ985711	3	0	365	1.434,00
62	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM2444	94DTAFL10CJ986856	3	0	365	1.434,00
63	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM7565	94DTAFL10CJ988723	1	0	365	1.434,00
64	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM8243	94DTAFL10CJ986545	3	0	365	1.434,00
65	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM6331	94DTAFL10CJ986770	3	0	365	1.434,00
66	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM2454	94DTAFL10CJ988566	2	0	365	1.434,00
67	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM7728	94DTAFL10CJ986874	3	0	365	1.434,00
68	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM2314	94DTAFL10CJ988776	3	0	365	1.434,00
69	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM6209	94DTAFL10CJ988846	3	0	365	1.434,00
70	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM7815	94DTAFL10CJ986618	3	0	365	1.434,00
71	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM7766	94DTAFL10CJ985695	3	0	365	1.434,00
72	NISSAN LIVINA 1.6 16V FLEX	2011/2012	NXM6559	94DTAFL10CJ986608	3	0	365	1.434,00
73	NISSAN SENTRA 2.0 16V FLEX	2011/2012	NXL9114	3N1AB6AD4CL625949	3	0	365	1.589,25
74	NISSAN SENTRA 2.0 16V FLEX	2011/2012	NXL8566	3N1AB6AD6CL667264	3	0	365	1.589,25
75	NISSAN SENTRA 2.0 16V FLEX	2011/2012	NXL4927	3N1AB6AD4CL626437	3	0	365	1.589,25
76	NISSAN SENTRA 2.0 16V FLEX	2011/2012	NXM2422	3N1AB6AD5CL600705	3	0	365	1.589,25
77	HILUX SW4 3.0 SRV AT	2011/2011	NXF8128	8AJYZ59G1B3054784	4	0	365	2.246,50
78	HILUX SW4 3.0 SRV AT	2012/2013	OIY8101	8AJYY59G1D6507872	3	0	365	2.550,25



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019

Pregão nº. 021/2019_Eletrônico



ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
79	LO812 ÔNIBUS (URBANO)	2009/2009	NNA2541	9BM688277AB669802	5	0	365	6.877,25
80	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJE9904	9BD373154E5035351	2	0	365	1.163,50
81	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJF1036	9BD373154E5035350	2	0	365	1.163,50
82	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJF5233	9BD373154E5035349	2	0	365	1.163,50
83	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2013	OJF3591	9BD373154E5035348	2	0	365	1.163,50
84	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2013	OJF4075	9BD373154E5035825	2	1	365	1.163,50
85	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJE9914	9BD373154E5035345	2	0	365	1.163,50
86	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJF4085	9BD373154E5035395	2	0	365	1.163,50
87	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJF4192	9BD373154E5035827	2	0	365	1.163,50
88	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJF4499	9BD373154E5035928	2	0	365	1.163,50
89	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJF6957	9BD373154E5035353	2	0	365	1.163,50
90	TRANSIT VAN 350 2.2 TDCI 14L - 4 Portas	2013/2013	OJH7556	WF0DXPTDFDTU73726	0	0	365	2.318,75
91	FIAT/UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2013/2013	OJF4172	9BD15822AD6838968	2	0	365	1.104,25
92	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJA7286	9BD15844AD6801660	2	0	365	1.104,25
93	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJB0189	9BD15844AD6801639	2	0	365	1.104,25
94	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJB1425	9BD15844AD6801609	2	0	365	1.104,25
95	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJB0821	9BD15844AD6801722	0	0	365	1.104,25
96	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJB5200	9BD15844AD6801613	2	0	365	1.104,25
97	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJB0752	9BD15844AD6801676	2	0	365	1.104,25
98	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJB0772	9BD15844AD6801627	2	0	365	1.104,25



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019

Pregão nº. 021/2019_Eletrônico



ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
99	FIAT UNO MILLE WAY ECON FLEX	2013/2013	OJB1445	9BD15844AD6801632	2	0	365	1.104,25
100	UNO MILLE 1.0 FIRE FLEX	2013/2013	OJF4095	9BD15822AD6838982	2	0	365	1.104,25
101	FORD NOVA RANGER CAB DUPLA XLS 3.2 4X4	2013/2014	OJJ1794	8AFAR23L2EJ161536	1	0	365	2.232,50
102	FORD NOVA RANGER CAB DUPLA XLS 3.2 4X4	2013/2014	OJJ5188	8AFAR23L7EJ167977	0	0	365	2.232,50
103	FORD NOVA RANGER CAB DUPLA XLS 3.2 4X4	2013/2014	OJJ4893	8AFAR23L7EJ163847	2	0	365	2.232,50
104	FORD NOVA RANGER CAB DUPLA XLS 3.2 4X4	2013/2014	OJP8633	8AFAR23L4EJ208047	2	0	365	2.232,50
105	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO6811	9BD373154E5051202	2	0	365	1.163,50
106	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP0647	9BD373154E5051211	2	0	365	1.163,50
107	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO2774	9BD373154E5051266	2	0	365	1.163,50
108	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO6603	9BD373154E5051205	2	0	365	1.163,50
109	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP0597	9BD373154E5051209	2	0	365	1.163,50
110	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO7132	9BD373154E5051207	2	0	365	1.163,50
111	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP0717	9BD373154E5051228	2	0	365	1.163,50
112	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO6138	9BD373154E5052180	2	0	365	1.163,50
113	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO8859	9BD373154E5051215	2	0	365	1.163,50
114	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO6623	9BD373154E5052178	2	0	365	1.163,50
115	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO2804	9BD373154E5052148	2	0	365	1.163,50
116	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO6955	9BD373154E5051248	2	0	365	1.163,50
117	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO7122	9BD373154E5051225	2	0	365	1.163,50
118	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJO8284	9BD373154E5052435	2	0	365	1.163,50



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
119	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP7760	9BD373154E5052427	2	0	365	1.163,50
120	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP7117	9BD373154E5052868	2	0	365	1.163,50
121	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP2861	9BD373154E5052588	2	0	365	1.163,50
122	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP7087	9BD373154E5052848	2	0	365	1.163,50
123	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP7127	9BD373154E5052850	2	0	365	1.163,50
124	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP2673	9BD373154E5052824	2	0	365	1.163,50
125	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP4619	9BD373154E5052673	2	0	365	1.163,50
126	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP3132	9BD373154E5052481	2	0	365	1.163,50
127	PALIO WEEKEND TREKKING 1.6 16V FLEX	2013/2014	OJP3112	9BD373154E5052500	2	0	365	1.163,50
128	CHEVROLET S10 LTZ DD4A (C. D.) 4X4 2.8 4P	2017/2018	PSZ5858	9BG148MKOJC424884	0	0	365	2.096,50
129	CHEVROLET S10 LTZ DD4A (C. D.) 4X4 2.8 4P	2017/2018	PSZ1423	9BG148MKOJC427391	0	0	365	2.096,50
130	CHEVROLET S10 LTZ DD4A (C. D.) 4X4 2.8 4P	2017/2018	PSZ5868	9BG148MKOJC427996	0	0	365	2.096,50
131	CHEVROLET S10 LTZ DD4A (C. D.) 4X4 2.8 4P	2017/2018	PSZ7034	9BG148MKOJC420708	0	0	365	2.096,50
132	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB0978	9BRK19BT5J2108291	0	0	365	1.134,25
133	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7761	9BRK19BT9J2108309	0	0	365	1.134,25
134	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7541	9BRK19BT7J2108390	0	0	365	1.134,25
135	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB1754	9BRK19BT7J2108454	0	0	365	1.134,25
136	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB6420	9BRK19BT3J2108435	0	0	365	1.134,25
137	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB4549	9BRK19BT3J2108323	0	0	365	1.134,25
138	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB0938	9BRK19BTXJ2108321	0	0	365	1.134,25



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019

Pregão nº. 021/2019_Eletrônico



ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
139	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7223	9BRK19BT5J2108288	0	0	365	1.134,25
140	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7003	9BRK19BT4J2108444	0	0	365	1.134,25
141	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB1814	9BRK19BT1J2108403	0	0	365	1.134,25
142	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB1078	9BRK19BT8J2108429	0	0	365	1.134,25
143	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB1606	9BRK19BT0J2108411	0	0	365	1.134,25
144	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7173	9BRK19BT5J2108307	0	0	365	1.134,25
145	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB8011	9BRK19BT8J2108334	0	0	365	1.134,25
146	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7275	9BRK19BT3J2108452	0	0	365	1.134,25
147	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB0958	9BRK19BT6J2108400	0	0	365	1.134,25
148	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB1834	9BRK19BT1J2108255	0	0	365	1.134,25
149	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7585	9BRK19BT4J2108413	0	0	365	1.134,25
150	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB9562	9BRK19BT4J2108220	0	0	365	1.134,25
151	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB4609	9BRK19BT0J2108277	0	0	365	1.134,25
152	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB8047	9BRK19BT2J2108443	0	0	365	1.134,25
153	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7595	9BRK19BT9J2108407	0	0	365	1.134,25
154	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB6240	9BRK19BT6J2108297	0	0	365	1.134,25
155	TOYOTA ETIOS 1.3 X	2017/2018	PTB7285	9BRK19BT8J2108351	0	0	365	1.134,25
156	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF0668	9BWAG45U2JT157487	0	0	365	1.142,50
157	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF0694	9BWAG45UXJT159407	0	0	365	1.142,50
158	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF0708	9BWAG45U1JT158274	0	0	365	1.142,50



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019

Pregão nº. 021/2019_Eletrônico



ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
159	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF1836	9BWAG45U7JT158506	0	0	365	1.142,50
160	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF1014	9BWAG45UXJT157883	0	0	365	1.142,50
161	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF1118	9BWAG45U4JT157846	0	0	365	1.142,50
162	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8633	9BWAG45UXJT160024	0	0	365	1.142,50
163	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8623	9BWAG45UXJT158578	0	0	365	1.142,50
164	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF1138	9BWAG45U1JT160249	0	0	365	1.142,50
165	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF1536	9BWAG45U6JT158142	0	0	365	1.142,50
166	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF5419	9BWAG45U8JT158238	0	0	365	1.142,50
167	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF1556	9BWAG45U2JT158171	0	0	365	1.142,50
168	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF1566	9BWAG45U9JT160872	0	0	365	1.142,50
169	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF6930	9BWAG45U0JT158069	0	0	365	1.142,50
170	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8035	9BWAG45U7JT160353	0	0	365	1.142,50
171	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF5039	9BWAG45U9JT157941	0	0	365	1.142,50
172	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF5399	9BWAG45U4JT158544	0	0	365	1.142,50
173	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF9007	9BWAG45U5JT159590	0	0	365	1.142,50
174	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF5429	9BWAG45U1JT158579	0	0	365	1.142,50
175	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8923	9BWAG45U7JT158103	0	1	365	1.142,50
176	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF7745	9BWAG45U3JT158258	0	0	365	1.142,50
177	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF9862	9BWAG45U4JT160195	0	0	365	1.142,50
178	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8025	9BWAG45U3JT157904	0	0	365	1.142,50



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 3854/2019

Pregão nº. 021/2019_Eletrônico



ITEM	VEICULO	ANO	PLACA	CHASSI	BONUS	SINISTRO	VIGENCIA EM DIAS	VLR MÁX FRANQUIA
179	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8613	9BWAG45U4JT159497	0	0	365	1.142,50
180	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF7210	9BWAG45U9JT159740	0	0	365	1.142,50
181	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8045	9BWAG45U1JT160073	0	0	365	1.142,50
182	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF6900	9BWAG45U5JT159993	0	0	365	1.142,50
183	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTG0112	9BWAG45U0JT158217	0	0	365	1.142,50
184	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8943	9BWAG45U0JT158203	0	0	365	1.142,50
185	VW/GOL Trendline 1.0 12V Total Flex 4p	2018/2018	PTF8791	9BWAG45U5JT160304	0	0	365	1.142,50
186	GM/S-10 CD LTZ 2.8 4X4	2018/2018	PTF1156	9BG148MK0JC451147	0	0	365	2.096,50
187	TOYOTA/COROLLA XEI A/C 2.0 16v Flex A/G 4p	2019/2019						
188	TOYOTA/COROLLA XEI A/C 2.0 16v Flex A/G 4p	2019/2019						
189	TOYOTA/COROLLA XEI A/C 2.0 16v Flex A/G 4p	2019/2019						
190	TOYOTA/COROLLA XEI A/C 2.0 16v Flex A/G 4p	2019/2019						
191	TOYOTA/COROLLA XEI A/C 2.0 16v Flex A/G 4p	2019/2019						



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão n.º 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo n.º 3854/2019

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XX/2019, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO E A EMPRESA _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA OFICIAL, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta Capital, à Av. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís/MA, Centro, CEP.: 65.076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Dr. **EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES**, brasileiro, Promotor de Justiça, residente e domiciliado nesta Capital, inscrito no RG nº 1303890 SSP/MA e no CPF nº 437.756.163-49, e a empresa (), inscrita no CNPJ sob o nº (), com sede no (endereço), doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu(s) representante(s), inscrito no RG nº () e CPF nº (), de comum acordo resolvem firmar o presente contrato, conforme proposta vencedora do Pregão n.º 021/2019, realizado na forma eletrônica, do tipo menor preço global, em conformidade com os autos do **Processo Administrativo n.º 3854/2019**, com fundamento nos dispositivos da Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente na Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Federal nº 5.450/05, Portaria nº 1.901/2005-GPGJ e ainda em observâncias às Cláusulas e condições a seguir convencionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **seguro total de 186 (cento e oitenta e seis) veículos pertencentes à frota oficial da Procuradoria-Geral de Justiça**, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24h, conforme as especificações e os detalhamentos fixados no Termo de Referência e seu Anexo Único, e de acordo com a proposta vencedora, constante dos autos do Processo Administrativo nº 3854/2019, integrantes do presente instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência deste contrato é de **12 (doze) meses**, a contar de **24h do dia 28 de junho de 2019 até 24h do dia 28 de junho de 2020**, coincidindo com o prazo de vigência da **apólice do seguro**.

2. **Caso o início dos serviços seja possível somente após esta data**, deverá ser considerada como a data de início dos serviços, a data do recebimento da respectiva nota de empenho.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. Os recursos orçamentários reservados para atender ao pagamento do objeto deste Contrato correrão à Dotação Orçamentária seguinte:

Projeto Atividade: 2963

Plano Interno: CAMPE – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça

Natureza da despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Nota de Empenho: _____

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

1. O **valor global** a ser pago à CONTRATADA pela prestação dos serviços objeto deste contrato é de **R\$ _____ ()**, já incluído no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, incidentes sobre o objeto fornecido.

2. O pagamento será realizado através de Ordem bancária, em até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo da apólice e recibo de pagamento/boleto bancário devidamente atestado pelo setor competente da PGJ/MA

3. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Contrato;

3.1. Para tanto, a CONTRATADA deverá apresentar recibo/boleto bancário, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva da apólice, com preenchimento por parte da pessoa habilitada para tanto.

4. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

5. A Contratada, optante pelo simples, deverá apresentar, junto com a nota fiscal/fatura, declaração. Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019 - Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

6. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da nota fiscal/fatura corrigida;

7. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade fiscal perante às Fazenda Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão à taxa nominal de 6% ao ano (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente por juros simples, calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times P$$

EM = Encargos Moratórios devidos;

N = Número de dias entre a data final prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \Rightarrow I = \frac{6/100}{365} \Rightarrow I = 0,00016438$$

TX = taxa percentual anual = 6% (seis por cento).

9. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DA COBERTURA DO SEGURO

1. As Apólices do seguro farão a cobertura nas seguintes formas e valores:

1.1. **Casco** – valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o **percentual de 100%** da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto do item 01 (um) ao item 186 (cento e oitenta e seis), com exceção do item 79 (setenta e nove) do Anexo único do Termo de Referência, cujo valor determinado é de **R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil)**, estando neste incluso R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correspondente ao valor estimado dos bens instalados em seu interior, tendo em vista que referido veículo é utilizado na execução da(s) atividade(s) das Promotorias de Justiça Itinerante da Comarca de São Luís/MA.

1.1.1. **Franquia Casco: Reduzida** em 75% (setenta e cinco por cento) da obrigatória, ou seja, um quarto do valor da franquia normal para todos os itens;

1.2 **CARROCERIA CAMINHÃO AGRAL: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)**

1.3. **Responsabilidade Civil Facultativa, por veículo segurado:**

1.3.1. Danos Materiais a Terceiros – R\$ 200.000,00

1.3.2. Danos Pessoais a Terceiros – R\$ 200.000,00

1.3.3 Danos Morais a Terceiros – R\$ 40.000,00

1.4. **Acidentes Pessoais a passageiros, por ocupante:**

1.4.1. Morte – R\$ 50.000,00

1.4.2. Invalidez - R\$ 50.000,00

1.4.3. App com DMH - R\$ 50.000,00

2. **Dos riscos cobertos: “SEGURO TOTAL”**. A seguradora CONTRATADA deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, as despesas indispensáveis ao salvamento e o transporte do veículo até a oficina indicada pela CONTRATANTE e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, **em todo o território nacional**, conforme descrito abaixo:

1. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento ou capotagem acidental;

2. Quedas acidentais em precipícios ou de pontes e quedas;

3. Raios e suas consequências, incêndio ou explosão acidentais, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019 - Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

4. Queda accidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que o agente externo não seja parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado;
5. Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e/ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não de simples freada;
6. Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados no subsolo;
7. Granizo, furacão ou terremotos;
8. Roubo ou furto, total ou parcial do veículo;
9. Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
10. Atos danosos praticados por terceiros, exceto se constantes do item "Prejuízos não indenizáveis pela seguradora";
11. Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
12. Roubo ou furto total exclusivo do rádio, toca-fitas, toca-cd's e tacógrafo, desde que façam parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice para o veículo;
13. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA – DAS GARANTIAS ADICIONAIS

1. As garantias adicionais que devem ser ofertadas pela seguradora contratada:
 - 1.1. Assistência 24 horas. Em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, a seguradora CONTRATADA está obrigada a enviar o serviço de socorro e quando possível, efetuará o reparo no local da pane. Diante desta impossibilidade, o veículo deverá ser rebocado para São Luís-MA (local da sede da PGJ-MA), para realização dos reparos, sem cobrança de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo em oficina determinada pela CONTRATANTE;
 - 1.2. Assistência para transporte de passageiros por imobilização do veículo segurado e transporte de passageiros por roubo ou furto do veículo;
 - 1.3. Cobertura para reposição exclusiva de vidros, retrovisores, faróis e lanternas para todos os itens;
 - 1.4. Chaveiro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

1. Expedir e efetuar a entrega das Apólices de Seguro à CONTRATANTE no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados a partir do recebimento da nota de empenho;
2. Prestar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com a finalidade de atender o veículo segurado e seus ocupantes em situações de emergência, em todo o território nacional, em caso de pane e acidente, roubo ou furto do veículo assumindo os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do mesmo até a oficina autorizada pela CONTRATANTE. O início para o atendimento da ocorrência não deverá exceder o prazo de **8 (oito) horas**, a contar da comunicação do evento à central de atendimento da CONTRATADA;
3. Providenciar o envio do reboque do veículo em qualquer local do território nacional, caso não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, sem cobrança de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo em oficina livremente escolhida e determinada pela CONTRATANTE;
4. Em caso de sinistro, após o aviso de sinistro e o recebimento dos formulários pertinentes, a CONTRATADA deverá tomar as providências para o reparo do veículo no **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério da CONTRATANTE;
5. Em caso de indenização integral a CONTRATADA terá o **prazo máximo de 30 (trinta) dias** para efetuar o pagamento da indenização a contar da entrega de toda documentação necessária para a liquidação;
6. Disponibilizar todos os meios de contato possíveis, principalmente a comunicação telefônica tipo 0800 em caso de emergência;
7. Manter e comprovar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, nome, endereço e telefone da corretora ou preposto de seguros (representante), credenciado e domiciliado na cidade de São Luís-MA, local da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, a fim de que seja fornecido, imediatamente, e/ou sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência à CONTRATANTE no tocante aos serviços contratados;
8. Responsabilizar-se por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;
9. Facilitar à CONTRATANTE a fiscalização dos serviços prestados;
10. Manter profissionais comprovadamente capacitados, de modo a assegurar a boa qualidade dos serviços a serem realizados;



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

11. Proceder a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços contratados.
12. Manter, durante toda a vigência do contrato e da apólice de Seguro, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste contrato e na respectiva apólice de seguros;
13. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone(s), e-mail e fax para contato;
14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE

1. Manter os veículos em bom estado de conservação e segurança;
2. Avisar à seguradora, o mais rápido possível, sobre a ocorrência de sinistro, entregando-lhe os formulários pertinentes devidamente preenchidos;
3. Aguardar a autorização da seguradora para o início da reparação de quaisquer danos;
4. Dar conhecimento imediato à seguradora sobre ocorrência de fato do qual possa advir responsabilidade civil;
5. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços;
6. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;
7. Em caso de Sinistro, o valor referente à franquia deverá ser pago, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo, caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá se efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.
8. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
9. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
10. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
11. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

1. A fiscalização da execução das obrigações contratuais assumidas será realizada pelos servidores MARIALDA CARVALHO FURTADO MENDES, JOSÉ RIBAMAR RODRIGUES FURTADO, RODRIGO JOSÉ ARAÚJO RAMOS respectivamente, FISCAL, GESTOR e SUPLENTE do contrato, designados pelo Diretor-Geral, lotados na Coordenadoria de Serviços Gerais do Ministério Público do Estado do Maranhão, que procederá com a aprovação dos serviços executados pela CONTRATADA, cujas atribuições básicas são:

- 1.1. Solicitar à empresa contratada e seu representante todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 1.2. Emitir pareceres em todos os atos da empresa contratada, relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações, prorrogações e rescisão de contrato;
- 1.3. Quaisquer outras atribuições necessárias ao bom desempenho dos serviços.
2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;
3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art.70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREPOSTO

1. A CONTRATADA deverá manter preposto junto à Procuradoria-Geral de Justiça, aceito pela respectiva Fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração de que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.
2. O preposto deverá apresentar-se à respectiva unidade fiscalizadora, em até **05 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato,



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

para firmar, juntamente aos servidores designados para esse fim, o Termo de Abertura do Livro de Ocorrências, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a execução do contrato, bem como para tratar dos demais assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato relativo à sua competência;

3. A CONTRATADA orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;

4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A Contratada será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e inscrita no Cadastro Estadual de Inadimplentes (CEI), pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 1.1. apresentação de documentação falsa;
- 1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 1.3. falha na execução do contrato;
- 1.4. fraude na execução do contrato;
- 1.5. comportamento inidôneo;
- 1.6. declaração falsa;
- 1.7. fraude fiscal.

2. Para os fins do item 1.5, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

3. Para condutas descritas nos itens 1.1, 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7 será aplicada multa de, no máximo, 30% do valor do contrato.

4. Para os fins dos itens 1.2 e 1.3 serão aplicadas **multas** nas seguintes condições, conforme o caso:

4.1. **0,5%** (cinco décimos por cento) **do valor do contrato** por dia de atraso ou por ocorrência, de acordo com os prazos e condições avençadas, quando houver atraso injustificado no início da execução dos serviços, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral;

4.2. **0,5%** (cinco décimos por cento) **do valor do contrato** por dia de paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada, até o máximo de **5%** (cinco por cento), o que configurará a inexecução parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

4.3. até o **máximo de 20% (vinte por cento)** do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato e de descumprimento de obrigações contratuais;

4.4. **30%** (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

5. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias.

6. Será configurada a **inexecução total** do contrato, quando:

- 6.1. houver atraso injustificado, do início dos serviços, por mais de 7 (sete) dias após a emissão da ordem de serviços;
- 6.2. todos os serviços executados não forem aceitos pela fiscalização, por não atenderem às especificações do Termo de Referência, anexo I do edital da licitação, da proposta vencedora e deste contrato, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços;
7. A sanção de multa poderá ser aplicada à contratada juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida no item 1 desta Cláusula.

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

7.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

7.3 A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato.

8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e no CEI/MA.

10. A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de **ampla defesa** e do **contraditório** à CONTRATADA, na forma da lei.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços permanecerão, em regra, **invariáveis** pelo período contratual, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

1. O presente instrumento contratual poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8666/93, bem como substituição de cobertura em caso de venda de veículo da frota, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

1. A inexecução, total ou parcial, do contrato poderá ensejar a rescisão, com as consequências contratuais previstas na Lei nº 8.666/93.

2. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

3. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

4. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

5. A CONTRATADA reconhece todos os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO

1. O presente contrato fundamenta-se na Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93, no Decreto Federal nº 5.450/05, na Portaria nº. 1.901/2005-GPGJ/MA e se vincula ao Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2019, constante do Processo Administrativo nº 3854/2019, e ainda, à proposta da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

1. Fica estabelecido que, caso venha a ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, estes deverão ser resolvidos entre as partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento de contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial, a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

1. A CONTRATANTE providenciará a publicação na forma resumida, deste Contrato, na Imprensa Oficial, em obediência ao disposto no § único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS IMPOSTOS E DAS TAXAS

A CONTRATADA será totalmente responsável por todos os tributos, taxas, licenças e outros encargos devidos, até a entrega do objeto contratado à Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

1. Elegem as partes contratantes o Foro desta Capital para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas ou resultantes deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

2. E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas e a tudo presente.

São Luís/MA, ____ de _____ de 2019.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
EMMANUEL JOSÉ PERES NETTO GUTERRES SOARES
Diretor-Geral



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

CONTRATADA

Representante legal

CPF n.º

TESTEMUNHAS

CPF n.º

CPF n.º



**ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pregão nº. 021/2019_Eletrônico

Processo Administrativo nº 3854/2019

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios, gerentes, diretores ou responsáveis técnicos na empresa _____, CNPJ nº _____, que sejam:

a) membros ou servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, efetivos, comissionados, cedidos ou colocados à disposição da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão;

b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor do Ministério Público do Estado do Maranhão, este último quando ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento, conforme dispõe o art. 3º da Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, ou, ainda, servidor cedido ou colocado à disposição da Procuradoria-Geral de Justiça.

São Luís (Ma), _____

Assinatura do responsável legal da empresa